



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Concurso Público com publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União* *Europeia*

**(De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e na alínea a) do n.º 1
do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos)**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

**“FORNECIMENTO CONTINUADO DE COMBUSTÍVEIS
RODOVIÁRIOS (GASÓLEO E GASOLINA) EM POSTOS
DE ABASTECIMENTO PÚBLICO, POR UM PERÍODO DE
36 MESES”**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Índice

Objeto do concurso	4
Entidade adjudicante.....	4
Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	5
Esclarecimentos e retificação das peças procedimentais.....	6
Erros e omissões	6
Prazo de entrega das propostas.....	8
Documentos que instruem a proposta.....	8
Entrega da proposta eletrónica	9
Retirada da proposta	10
Modo de apresentação dos documentos das propostas.....	10
Apresentação de propostas variantes	11
Possibilidade de adoção de Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.....	11
Agrupamentos.....	11
Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	12
Modo de apresentação dos Documentos de Habilitação	12
Prazo de validade e obrigação de manutenção das propostas	13
Consulta da lista dos candidatos e das propostas apresentadas	14
Critério de adjudicação	14
Júri do Concurso.....	16
Audiência prévia.....	17
Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes.....	17
Relatório Final	18
Adjudicação, entrega de documentos, contrato	19
Notificação da apresentação dos documentos de habilitação	19
Caução	20
Preço Base	20
Preço anormalmente baixo	20
Adiantamentos	21
Local de fornecimento dos bens	21
Legislação aplicável	21
ANEXO I	22



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO II.....	22
ANEXO III.....	41
ANEXO IV.....	42
ANEXO V.....	43
ANEXO VI.....	45



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 1º

OBJETO DO CONCURSO

1. O presente concurso tem por objeto principal o fornecimento continuado de combustíveis rodoviários (gasóleos e gasolinas) em postos de abastecimento público, até ao valor da Proposta adjudicada (acrescido de IVA) pelo prazo de até 36 meses (o que ocorrer primeiro).
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos.
3. O procedimento de concurso público foi adotado nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP.
4. Dado o limite máximo da despesa se fixar acima do previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º do CCP, a publicitação do concurso público é feita, também, no JOUE.
5. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de Março de 2008 é:

Vocabulário principal (divisão):

Vocabulário principal: Combustíveis

Artigo 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Vimioso, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 627 888, com sede na Praça Eduardo Coelho, 5230 - 315 Vimioso, com o telefone n.º 273 518 120, fax n.º 273 512 510 e endereço eletrónico: gi.cmv@cm-vimioso.pt

Artigo 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A Câmara Municipal de Vimioso, nos termos do n.º 1 do artigo 36º do CCP conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 18 do DL n.º 197/99 de 8 de junho.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 4.º

CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. O processo do procedimento de concurso encontra-se patente na Divisão de Ambiente e Transportes da Câmara Municipal de Vimioso, sita na morada referida no artigo 2º, onde pode ser examinado gratuitamente, das 9 às 12:30 e das 13:30 às 17:00 horas, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov** acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., após publicação do anúncio no Diário da República.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e *download* das peças de procedimento. O interessado necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.
4. Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os *e-mails* necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados pela AcinGov os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais. Mais informações através do número 707 451 451.
5. Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis no fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.
6. A apresentação das propostas será feita na Plataforma Digital atrás referida.

Artigo 5.º



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do órgão competente para decisão de contratar (artigo 50.º, n.º 5, alínea a) do CCP) e devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação Acingov, na funcionalidade respetiva, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (artigo 50.º, n.º 1 do CCP), à entidade adjudicante.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo órgão competente para decisão de contratar, por escrito, através da plataforma eletrónica Acingov na ferramenta respetiva, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado (artigo 64.º, n.º 1 do CCP).
3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá proceder à retificação de erros ou omissões bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo que o referido no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos e retificações ao Concorrente que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação dos mesmos a todos os interessados que tenham obtido as peças do processo de concurso e tal será publicitado na plataforma eletrónica Acingov de acordo com o artigo 50º, n.º 8 do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência (artigo 50º, n.º 9 do CCP).

Artigo 6.º

ERROS E OMISSÕES



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

1 - Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (artigo 50.º, n.º 1 do CCP), os interessados devem apresentar, através da plataforma eletrónica Acingov, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados e que digam respeito a, nomeadamente:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis; ou
- d) Erros ou omissões que não se incluam nas alíneas anteriores.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com diligência objetivamente exequível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato (artigo 50º, n.º 3 do CCP).

3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado (artigo 50º, n.º 5 do CCP) para abertura das propostas, o órgão competente para decisão de contratar, pronuncia-se por escrito, através da plataforma eletrónica Acingov na ferramenta respetiva, sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que nesse prazo não sejam por ele expressamente aceites.

4. Quer as listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas pelos interessados, quer a decisão que venha recair sobre essa lista, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica.

5. A decisão prevista no número anterior é publicitada na plataforma Acingov, utilizada pela entidade adjudicante, e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

6. Caso haja erros e omissões aceites pela entidade adjudicante, devem os concorrentes apresentar as listas de preços unitários daí resultantes.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 7º

PRAZO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

As propostas bem como os documentos que as integram deverão ser entregues, pelos concorrentes, até às 17h00 do 30º dia (incluindo na contagem sábados, domingos e feriados) a contar da data de envio, para publicação, do anúncio previsto no n.º1 do artigo 130.º.

Artigo 8.º

DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, conforme previsto no nº 6 do artigo 57 do CCP e cujo modelo tipo se junta no anexo I.
2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - a) Proposta elaborada em conformidade com o Anexo III do presente Programa de Procedimento
 - b) Documento com a listagem do(s) posto(s) de abastecimento público(s) localizados no **concelho de Vimioso (com exceção do posto de combustível a que se refere a Cláusula 9.ª do Caderno de Encargos)** em que o concorrente garante o fornecimento dos combustíveis ao longo de toda a vigência do contrato, com a identificação e localização do(s) referido(s) posto(s) de abastecimento público(s).
3. Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:
 - a) Documento comprovativo de que o concorrente garante o fornecimento dos combustíveis em 1 posto de abastecimento público localizado na **freguesia de Vimioso**, ao longo de toda a vigência do contrato, com a identificação e localização do referido posto de abastecimento público.
4. Lista de combustíveis atualmente disponíveis nos seus postos de abastecimento público e



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

a respetiva correspondência com os seguintes tipos de combustíveis listados no *site* da Direção Geral de Energia e Geologia (D.G.E.G.):

- **Gasóleo** (O mesmo que Gasóleo aditivado base, que corresponde ao Gasóleo, usualmente comercializado até ao dia 16 de abril de 2015)
- **Gasóleo especial** (O mesmo que Gasóleo extra aditivado, que corresponde ao Gasóleo Especial, usualmente comercializado até ao dia 16 de abril de 2015)
- **Gasóleo simples** (De acordo com as definições constantes na Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro)
- **Gasolina 95** (O mesmo que Gasolina aditivada base 95, que corresponde à Gasolina 95, usualmente comercializada até ao dia 16 de abril de 2015)
- **Gasolina 98**
- **Gasolina aditivada**
- **Gasolina de mistura (motores a 2 tempos)**
- **Gasolina especial 95** (O mesmo que Gasolina extra aditivada 95, que corresponde à Gasolina Especial 95, usualmente comercializada até ao dia 16 de abril de 2015)
- **Gasolina especial 98**
- **Gasolina simples 95** (De acordo com as definições constantes na Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro)

5. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

6. Os documentos previstos nos números anteriores obedecem ao disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

7. Aos documentos previstos nos números anteriores aplica-se o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 9º

ENTREGA DA PROPOSTA ELETRÓNICA



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

1. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa *ACIN Icloud Solutions, Lda*.
2. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.
3. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o Artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

Artigo 10º

RETIRADA DA PROPOSTA

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS

1. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
2. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser assinados eletronicamente pelo Concorrente ou seu representante.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos que a constituem deverão satisfazer os requisitos fixados no n.º 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Os valores constantes da proposta serão expressos em Euros e não incluirão o imposto sobre o valor acrescentado.
5. A proposta deve conter todos os elementos exigidos no artigo 8º e ser elaborada em conformidade com o mesmo.

Artigo 12.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do presente concurso, proposta variante é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

Artigo 13.º

POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE AJUSTE DIRETO NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 27.º DO CCP

(NÃO APLICÁVEL)

1. O presente contrato não prevê o ajuste direto para novos serviços nem eventual renovação dos mesmos.

Artigo 14.º

AGRUPAMENTOS

1. Ao concurso poderão apresentar-se Agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

2. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Artigo 15.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

1. No prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, cujo modelo consta do **Anexo II** deste programa de procedimento;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Cópia dos estatutos da firma ou documento equivalente.
- d) Deverá ainda o adjudicatário apresentar:
 - i) Identificação da (s) pessoa (s) que tomará (o) parte na outorga do contrato como representante da Firma (nome, estado civil, freguesia e concelho da naturalidade, residência, n.º do Bilhete de Identidade e data) e documento autenticado que prove ter poderes para o ato;
 - ii) Fotocópia (frente e verso) do cartão de pessoa coletiva/ou empresário em nome individual e, sendo sociedade, prova da sua constituição (atualizada);

2. O órgão competente para decisão de contratar pode sempre solicitar, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

3. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias.

Artigo 16.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

1. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. A apresentação, nos termos do número anterior, poderá ser substituída por indicação do endereço Internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos casos previstos no n.º 2, do artigo 83º, do Código dos Contratos Públicos.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril, para que o Município de Vimioso consulte a informação prevista no n.º 3 do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que o Município de Vimioso é o contribuinte n.º 506627888, podendo com esse número o concorrente formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do ponto 1 do artigo 15.º.
4. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
5. O oficial público, que vier a celebrar o contrato poderá em vez das modalidades acima referidas vir a necessitar dos documentos de habilitação em suporte de papel, e nessa situação o adjudicatário terá que os fornecer nessa modalidade.

Artigo 17.º

PRAZO DE VALIDADE E OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 18.º

CONSULTA DA LISTA DOS CANDIDATOS E DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, será disponibilizada através da plataforma **AcinGov** a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos, tal como definido no artigo 138.º do CCP.
2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o “Login” introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave, procedendo da seguinte forma:
 - a) Para efetuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos “respondidos” e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.
 - b) Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores “Proposta” e “Lista de Concorrentes”, podendo visualizar no separador “Proposta”, a proposta que apresentaram e no separador “Lista de Concorrentes”, os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.
 - c) De seguida, deverão “clicar” sobre o separador “Lista de concorrentes” e vão poder visualizar a Lista dos concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao “clicar” sobre cada proposta da Lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

Artigo 19.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de melhor relação qualidade-preço, de acordo com o seguinte modelo:
 - a) Fatores a adotar e sua ponderação

Fator **Preço (P)** - Com uma ponderação de **90%**, será calculado com base no preço da



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

proposta constante do documento referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 8.º do presente Programa do Procedimento.

Fator **Cobertura Geográfica Local (CGL)** - Com uma ponderação de **10%**, será calculado com base no n.º de postos de abastecimento públicos localizados no concelho de Vimioso (com exceção do posto de combustível a que se refere a **Claúsula 9.ª do Caderno de Encargos**) em que o concorrente garante o fornecimento dos combustíveis ao longo de toda a vigência do contrato, constante do documento referido na alínea b) do n.º 2 do Artigo 8.º do presente Programa do Procedimento.

b) Fórmula global de cálculo

$$PG = P \times 0,9 + CGL \times 0,1$$

Em que,

PG corresponde à Pontuação Global, arredondada às milésimas

P corresponde ao fator Preço

CGL corresponde ao fator Cobertura Geográfica Local

c) Classificação final

Os concorrentes, no final, serão ordenados por ordem decrescente da pontuação obtida, devendo a adjudicação recair na proposta/concorrente em primeiro classificado, ou seja, com maior pontuação.

d) Forma de cálculo do fator **Preço (P)**

$$P = ((\text{Preço Base} - PP) / (\text{Preço Base})) \times 100$$

Em que,

Preço Base corresponde ao Preço Base do concurso

PP corresponde ao Preço da Proposta. O Preço da Proposta deverá ser determinado, pelos concorrentes, da seguinte forma:

$$PP = P_{\text{Gasóleo simples}} + P_{\text{Gasolina simples 95}}$$



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Em que,

PP é o **Preço da Proposta**

$$P_{\text{Gasóleo simples}} = (1,007 - D) \times 270000 \text{ litros}$$

$$P_{\text{Gasolina simples 95}} = (1,134 - D) \times 9900 \text{ litros}$$

D – Desconto unitário único por litro, em euros, com um máximo de três casas decimais (que deve ser igual para todos os tipos de combustível)

e) Forma de cálculo do fator **Cobertura Geográfica Local (CGL)**

$$\text{CGL} = (\text{NP} / 5) \times 100$$

Em que,

NP corresponde ao n.º de postos de abastecimento público localizados no concelho de Vimioso (com exceção do posto de combustível a que se refere a **Claúsula 9.ª do Caderno de Encargos**), em que o concorrente garante o fornecimento dos combustíveis ao longo de toda a vigência do contrato, constante do documento referido na alínea b) do n.º 2 do Artigo 8.º do presente Programa do Procedimento.

2. Em caso de empate entre propostas, o desempate far-se-á de acordo com a aplicação sucessiva (caso persista o empate) dos seguintes critérios:

- a) As propostas serão desempatadas tendo em conta a pontuação obtida no fator **Preço (P)**, ficando ordenada, em primeiro lugar, a proposta que apresentar uma maior pontuação neste fator, e assim progressivamente para as restantes;
- b) As propostas serão desempatadas tendo em conta a pontuação obtida no fator **Cobertura Geográfica Local (CGL)**, ficando ordenada, em primeiro lugar, a proposta que apresentar uma maior pontuação neste fator e assim progressivamente para as restantes.

Artigo 20.º

JÚRI DO CONCURSO



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

1. As propostas serão analisadas pelo Júri do Concurso, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O Júri do Concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, nomeados pelo órgão competente para a decisão de contratar, para a emissão de pareceres em áreas especializadas ou participar nas reuniões do júri mas sem direito a voto, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, o Júri do Concurso elaborará um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas, fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as de acordo com o modelo de avaliação fixado para o efeito.
4. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do nº2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 21.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis, após a notificação do Relatório Preliminar, para se pronunciarem sobre o mesmo.
3. A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de Direito, indicando também as horas e o local onde o processo poderá ser consultado.

Artigo 22.º

ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

1. O Júri do Concurso pode, nos termos do n.º 1 do artigo 72.º do CCP, pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2, do artigo 72º, do Código dos Contratos Públicos.
3. O júri, quando considere que elementos das propostas foram entregues com preterição de formalidades não essenciais, deve solicitar aos concorrentes, para no prazo máximo de 5 dias, procederem ao suprimento respetivo, tal como descrito no n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
4. Os pedidos do júri formulados nos termos do n.º 1 e do n.º 3, bem como as respetivas respostas devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica Acingov, pela entidade adjudicante, devendo todos os candidatos e concorrentes ser imediatamente notificados desse facto, tal como previsto no n.º 5 do artigo 72.º do CCP, sendo os mesmos juntos ao processo.

Artigo 23.º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprido o disposto no artigo 21.º (audiência prévia), o Júri do Concurso elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24.º



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO, ENTREGA DE DOCUMENTOS, CONTRATO

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise das propostas, como definido nos n.º 1, 2 e 3 do artigo 77.º do CCP.
2. O adjudicatário, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, é também notificado nos termos do n.º 2 do artigo 77º do CCP, para:
 - a) Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos por lei, nomeadamente os previstos no artigo 81.º do CCP e pelo presente Programa de procedimento;
 - b) Confirmar no prazo de 10 dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar, no prazo de 10 dias úteis sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - d) Confirmar no prazo de 10 dias úteis, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
4. No cumprimento do disposto no artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, será comunicada a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 25.º

NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Serão notificados em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário (n.º1 do artigo 85.º do CCP), indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação serão disponibilizados para consulta de todos os Concorrentes (n.º2 do artigo 85.º do CCP) na plataforma eletrónica Acingov.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 26.º

CAUÇÃO

1. A caução, no valor de 5% do valor da adjudicação (n.º 1 do artigo 89 do CCP), destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem do Município de Vimioso, nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
- b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante dos Anexos ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.

2. O disposto no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos não se aplica ao presente procedimento.

Artigo 27.º

PREÇO BASE

O preço base para efeito do presente procedimento é de 283.116,60 € (duzentos e oitenta e três mil cento e dezasseis euros e sessenta centimos). Este preço foi obtido a partir dos consumos estimados, para um período de 36 meses, de 270000 litros de Gasóleo simples e de 9900 litros de Gasolina simples 95, a preços médios diários por litro (sem IVA) para os tipos de combustível referidos, constantes do *site* da Direção Geral de Energia e Geologia (www.precoscombustiveis.dgeg.pt separador *Estatísticas*) para o dia 27/07/2020.

Artigo 28.º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Não foi definido preço anormalmente baixo.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 29.º

ADIANTAMENTOS

Dado tratar-se de um fornecimento continuado de bens, com carácter regular e com previsão de pagamentos mensais, não haverá lugar a adiantamentos.

Artigo 30.º

LOCAL DE FORNECIMENTO DOS BENS

O local de fornecimento dos bens será realizado em posto(s) de abastecimento público localizado(s) na freguesia de Vimioso e outro(s) que o adjudicatário eventualmente disponha.

Artigo 31.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Vimioso, 03 de agosto de 2020

O Presidente da Câmara Municipal

(António Jorge Fidalgo Martins)



ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação

Em relação aos procedimentos de contratação para os quais tenha sido publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, as informações exigidas na Parte I serão automaticamente recuperadas, desde que o DEUCP tenha sido preenchido utilizando o serviço DEUCP em linha. Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do aviso recebido

-

Número do anúncio no índice do JO:

-

URL do JO

National Official Journal

-

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

Identidade do adquirente

Nome oficial:

País:

Informações sobre o procedimento de contratação

Type of procedure

Open procedure

Título:

Descrição sucinta:

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

-

Parte II: Informações sobre o operador económico

A: Informações sobre o operador económico

Nome:

-

Rua e número:

-

Código postal:



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

-

Localidade:

-

País:

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

-

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Pessoa ou pessoas a contactar:

-

Número de IVA, se aplicável:

-

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

-

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?

☐ Sim

☐ Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

☐ Sim

☐ Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

-

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

-

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

☐ Sim

☐ Não

• Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

-

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

-

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

-

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

☐ Sim

☐ Não

• Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

☐ Sim

☐ Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

-

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

☐ Sim

☐ Não

• Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

-

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

-

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

-

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

-

B: Informações sobre os representantes do operador económico #1



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

- Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

-

Apelido

-

Data de nascimento

-

Local de nascimento

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Cargo/Agindo na qualidade de:

-

Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...): -

C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades
O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

☐ Sim

☐ Não

- Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer

• (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

☐ Sim

☐ Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

• Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

Parte III: Motivos de exclusão

A: Motivos relacionados com condenações penais

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico. Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável?

Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

- ☐ Sim
☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

- ☐ Sim
☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- ☐ Sim
☐ Não

URL

-



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Código

-

Emitente

-

Pagamento de contribuições para a segurança social

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

☐ Sim

☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

☐ Sim

☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação social

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

-

Violação das obrigações no domínio da legislação laboral

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Insolvência



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

URL

-

Código

-

Emitente

-

Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Queira descrever essas medidas

-

Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- ☐ Sim
☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não

Parte IV: Critérios de seleção

a: Indicação global sobre todos os critérios de seleção

No que respeita aos critérios de seleção, o operador económico declara que preenche todos os critérios de seleção requeridos

Queira inserir a sua resposta

- ☐ Sim
☐ Não



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Parte VI: Declarações finais

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando:

a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emissor, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a/o [identificar a autoridade ou entidade contratante, conforme indicada na parte I, secção A], a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas na [identificar a parte/secção/ponto(s) em causa] do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do [identificar o procedimento de contratação: (breve descrição, referência da publicação no Jornal Oficial da União Europeia, número de referência)].

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

-

Local

-

Assinatura



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO III
Modelo de Proposta global
PROPOSTA

.....(*indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede*), depois de ter tomado conhecimento do objeto do fornecimento de bens “FORNECIMENTO CONTINUADO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS (GASÓLEO E GASOLINA) EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO, POR UM PERÍODO DE 36 MESES”, a que se refere o anúncio datado de....., obriga-se a executar o referido fornecimento de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de (*por extenso e por algarismos*), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do disposto nos artigos 60º e 97º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

O Desconto unitário único por litro (**D**) referido na Cláusula 12.^a do Caderno de Encargos e no Artigo 19.º do Programa do Procedimento, a aplicar em todos os fornecimentos e para todos os tipos de combustível é de (*indicar o desconto unitário único por litro, em euros, com um máximo de três casas decimais*).

O preço da proposta foi determinado da seguinte forma:

$$PP = P_{\text{Gasóleo simples}} + P_{\text{Gasolina simples 95}}$$

Em que,

PP é o **Preço da Proposta**

$$P_{\text{Gasóleo simples}} = (1,007 - D) \times 270000 \text{ litros}$$

$$P_{\text{Gasolina simples 95}} = (1,134 - D) \times 9900 \text{ litros}$$

D – Desconto unitário único por litro, em euros, com um máximo de três casas decimais (que deve ser igual para todos os tipos de combustível)

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO IV
MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Vai, com sede, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, depositar na..... (sede, filial, agência ou delegação) da..... (instituição) a quantia de Euros...(..... euros), ... (em dinheiro ou representada por.....) como caução exigida para a aquisição de bens de....., para os efeitos do disposto no artigo 88.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem do Município de Vimioso, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data ...

Assinatura,



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO V
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (Caução Inicial)

Em nome e a pedido de (Adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, vem o Banco....., com sede em, com capital social de, registado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º ... de __/__/____, declarar prestar a favor do Município de Vimioso, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de Euros(.....euros), correspondente à caução de 5% de.....Euros (valor de adjudicação), prevista no Programa de Concurso para a adjudicação da aquisição de bens, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação da referida aquisição de Bens.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação do Município de Vimioso, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que do Município de Vimioso, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que o Município de Vimioso, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pelo Município de Vimioso, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.



MUNICIPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca correspondente o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de Euros (..... Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).



MUNICÍPIO DE VIMIOSO
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO VI
MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A companhia de seguros..., com sede em..... matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta o favor do Município de Vimioso, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente à caução de 5% prevista no Programa de Concurso destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, assumirá no contrato que com ela o Município de Vimioso vai outorgar e que tem por objeto..... (designação do concurso), regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Vimioso, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Vimioso, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca correspondente o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)